

A VIRGINDADE COMO DISSIDÊNCIA? REFLEXÕES EM TORNO DE *O MARIDO VIRGEM*, DE ALFREDO GALLIS

Jorge Vicente VALENTIM*

- **RESUMO:** Pouco referendado pela crítica literária, Alfredo Gallis (1859-1910) foi um escritor profícuo no período do entre séculos XIX-XX, tendo publicado mais de uma dezena de textos com um expressivo público leitor tanto em Portugal como no Brasil. Este ensaio pretende desenvolver algumas reflexões em torno do romance *O marido virgem* (1900), com uma leitura que sublinha um tratamento *avant garde* de temas voltados para a área das sexualidades e de gênero num contexto onde a estética naturalista, o pensamento monárquico e o conservadorismo ainda permaneciam nas mais diferentes áreas dos saberes e dos comportamentos. Para tanto, tomo como ponto de partida as suas abordagens sobre a virgindade e suas diferentes performances na efabulação romanesca, e como elas podem ser entendidas como formas de expressão de uma dissidência no cenário do entre séculos XIX e XX.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Alfredo Gallis. Dissidências. Sexualidade. Virgindade.

Este texto é para Anna M. Klobucka, que, numa certa tarde de 2018, descortinou um universo sedutor e desconhecido, ao falar da modernidade portuguesa. Citá-la, aqui, é minha forma de agradecer a sua generosidade.

“Se o marido exige que sua esposa seja virgem, também à mulher assiste a razão de consciência de exigir igual circunstância física em seu marido.”

Alfredo Gallis, 1900, p. 12¹.

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Departamento de Letras – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura – São Carlos. UNESP – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – Araraquara – SP – Brasil. 13565-905 – jvvalentim@gmail.com.

¹ Em respeito ao autor e à sua obra, todas as citações suas e de seus contemporâneos manterão a grafia e a pontuação da época.

Praticamente desconhecido do público leitor atual, Joaquim **Alfredo Gallis** (1859-1910) constitui um daqueles casos singulares de escritor com uma repercussão expressiva em sua época e fadado ao ostracismo em décadas mais tarde. Jornalista e autor de mais de uma dezena de títulos, quase sempre é referendado como pornógrafo, escritor de literatura para homens ou, simplesmente, “cultor de literatura proibida” (COELHO, 1983, p. 506).

De obras de referência mais sucintas (MACHADO, 1979) às mais detidas e consagradas (COELHO, 1983; SARAIVA; LOPES, 1985), nota-se uma ausência lacunar seja nas entradas específicas de verbetes com o seu nome, seja na citação biobibliográfica direta do seu sobrenome². Fato é que, apesar deste silenciamento (ou mesmo desinteresse) da crítica sobre o autor e sobre a sua produção, Alfredo Gallis gozou de uma expressiva repercussão na sua época. Fialho d’Almeida, por exemplo, não poupa sua acidez ao falar dos pornográficos, dos criadores de “romances ou livros de historietas licenciosas” (D’ALMEIDA, 1923, p. 309) e a difusão dos seus títulos em Portugal e no Brasil numa de suas crônicas de *Pasquinadas* (1890):

Actualmente, anda por aí o mercado a abarrotar dessas infâmias. São os almanaques onde se debitam, por baixo de gravuras pulhas, vélhas anedotas de frades, de estudantes e de soldados, rescendendo à torpeza grossa dos quartéis. São as reedições de rácil livros libidinosos, como os *Serões do Convento*, a *Martinhada*, e os sonetos obscenos de Bocage, que os editores anunciam pelos anteparos dos sumidouros, em pequenos cartazes, concitando os devassos a estesiarem os nervos mortos (enquanto se não generalizam as injeccões de Brown-Secquard) pela leitura daquelas folhas poluídas. (D’ALMEIDA, 1923, p. 309).

Ainda que o olhar do autor de *A cidade do vício* (1882) esteja carregado de uma visão judicativa sobre um gênero que vigorou na virada dos séculos XIX e XX, e com uma expressiva força de produção, não se poderá negar a contribuição efetiva dos seus cultores, na medida em que, na voga da estética naturalista, propunham uma visão crua e sem idealizações dos costumes, além de difundir (aquilo que hoje podemos chamar de) uma poética de dissidências sexuais, posto que rasuravam as práticas convencionais e ortodoxas de um conservadorismo rançoso e pouco compatível com o espírito positivista de desenvolvimento que boa parte do cientificismo oitocentista pregava³.

² Mesmo valendo-me de uma expressão da obra referencial de Jacinto do Prado Coelho (1983), considero importante frisar que esta é a única menção feita pelo crítico português, mas não em verbebo particular dedicado ao autor aqui estudado. Essa referência aparece, unicamente, na entrada sobre **Jornalismo**.

³ Ainda que não seja este o objetivo do presente trabalho, é preciso destacar a importância das correntes científicas a partir das últimas décadas do *fin-de-siècle*. Suas repercussões invadiram o

Neste sentido, tem razão Alessandra El Far quando destaca essa práxis literária já a partir do período finissecular oitocentista. Segundo ela,

Junto com as críticas de uma sociedade corrompida pela falsidade e a breve explicação de teorias científicas, esses autores davam vazão a histórias galantes, sensuais, recheadas de descrições provocantes. Expunham um erotismo que, para o leitor do século XXI, muito se diferenciava das cenas de sexo romaneadas em pormenores em outras publicações, mas que, por ultrapassarem as fronteiras da moral e do socialmente permitido, recebiam igualmente a classificação de “leitura só para homens”. (EL FAR, 2004, p. 247).

Interessante observar que, com larga produção no gênero acima assinalado, o escritor português publicou tanto com a assinatura do seu próprio nome como recorreu aos pseudônimos. Não será estranho, portanto, encontrar referências a Alfredo Gallis a partir desse recurso: Antony, Rabelais, Condessa de Til, Barão de Alfa, Duquesa Laureana, Kin-fó, Katisako Aragwisa e Ulisses são algumas das máscaras pseudonímicas utilizadas por ele (ANDRADE, 1999). Logo, a crítica operacionalizada por Fialho d’Almeida não deixa de atingir diretamente o autor da série *Tuberculose Social*, na medida em que, conforme adverte Antonio Ventura (2011), sob a alcunha de “Rabelais” (em nítida referência ao comediógrafo francês), Alfredo Gallis publica entre 1906 e 1907 a série de folhetos *Os serões do convento*, sucesso absoluto de vendas e de leitura no cenário das literaturas de língua portuguesa da época (EL FAR, 2004)⁴.

Ora, por mais vigorosa e quantitativa que tenha sido a sua produção neste campo, não me parece justo circunscrever a figura do autor em estudo unicamente como um “pornógrafo” (ou “pornográfico”, como o chamou Fialho d’Almeida). Isto porque, para além da conhecida série de romances, intitulada *Tuberculose Social*, nítido tributo a outras sequências ficcionais, como a *Patologia Social*, de Abel Botelho⁵, por exemplo, também Alfredo Gallis preocupou-se em refletir sobre

século XX, a ponto de muitos cientistas e humanistas creditarem na ciência e na razão uma confiança inabalável para se obter o progresso. Um exemplo mais pontual dessa ocorrência pode ser observado nos ecos de Darwin e de suas ideias, como preconizadores de teses fundamentais para se pensar o homem e o mundo modernos. De acordo com Franklin L. Baumer, “Graças em grande parte a Darwin, o pensamento ocidental sobre a natureza humana sofreu uma mudança profunda. Doravante, seria da natureza irracional do homem de que mais se falaria – os seus instintos, a sua agressividade, o seu parentesco com o mundo animal; o homem darwiniano pressagiava o homem irracional de Sigmund Freud e do século XX”. (BAUMER, 1990, p. 111).

⁴ Ainda sobre o impacto da obra *Os serões do convento*, sua repercussão editorial ao longo do século XIX e seu lugar investigativo no cenário da crítica atual, consulte-se o ensaio de Helder Maia, Mário Lugarinho e Fernando Curopos (2018), “Literatura à mão: *Os serões do convento*”.

⁵ Série de romances produzida na virada dos séculos XIX-XX, contendo os seguintes títulos: *O Barão*

outras áreas de saberes do e no seu tempo. Significativa, por exemplo, é a crítica contumaz que faz à classe política de sua época, em *A burla do Constitucionalismo* (1905), obra que bem poderia rebater a ideia fixa de um autor ligado apenas à produção de textos licenciosos. Vale lembrar, neste sentido, a visão ácida tecida em torno da sociedade portuguesa e dos seus principais atores, os políticos devassos e influentes, interessados mais em enriquecimento pessoal e ilícito do que propriamente com causas coletivas e nacionais: “Todo systema constitucional funcionou sempre em teoria, porque na prática não é nada do que se teve em vista e a Carta estatue” (GALLIS, 1905, p. 3).

Outro texto nesta mesma direção é *Os selvagens do Ocidente* (1890), espécie de diálogo direto com outro opúsculo finissecular – *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871), de Antero de Quental –, também preocupado em investigar e visibilizar as razões da decadência da sociedade portuguesa. Recorrendo a um discurso fabular, posto que reinventa nominalmente os espaços criticados, Alfredo Gallis procura desenvolver uma fotografia político-social corrosiva, sem poupar os seus participantes. Assim, apresenta aos leitores uma “Lisbonolândia”, capital do “paiz dos Papa-Moscas”, tomada por “escorias da política”, que,

[...] em fusão envenenando todo o ambiente, tem depauperado, arruinado e abatido os mais fortes e bem constituídos organismos intellectuaes, e reduzido à classe de repteis asquerosos, os que faltos de nobreza intelectual possuem apenas uma grande força digestiva e uma prodigiosa capacidade abdominal. (GALLIS, 1890, p. 8-9).

Trata-se, a meu ver, de um instigante retrato da sociedade portuguesa finissecular, bem ao gosto da pena dos homens da Geração de 70, tal como *As Farpas*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, anunciam e exemplificam. A própria recorrência a um conjunto de expressões verbais e nominais, sugestivo dos sinais da degenerescência social, aponta a sua preocupação em pensar criticamente o cenário político no contexto epocal das décadas finais da monarquia, mesmo sendo ele, tal como comprovam muitos dos seus prefácios, um defensor do rei e dos seus poderes⁶. Como não pensar, neste texto, na conjugação muito bem

de Lavos (1891), *O livro de Alda* (1898), *Amanhã* (1901), *Fatal dilema* (1907) e *Próspero Fortuna* (1910). Acredita-se que Alfredo Gallis, muito provavelmente, tenha se inspirado nesta sequência para escrever os doze romances que compõem o seu conjunto, intitulado *Tuberculose Social* (VENTURA, 2011).

⁶ Ainda que Alfredo Gallis lance um olhar desconfiado, reticente e cáustico sobre os meandros políticos da monarquia, percebe-se nitidamente, nos seus textos, uma defesa à figura do rei e dos seus poderes instituídos. Se não bastasse o fato de, enquanto escrivão da Corporação dos Pilotos da Barra de Lisboa, ter conhecido pessoalmente o rei D. Carlos I (VENTURA, 2011), já nos anos iniciais do século XX, antes mesmo da mudança política e da entrada da República (1910), o autor destilava a

conseguida, dentro de uma semântica de envenenamento de ambientes, de termos como “depauperado”, “arruinado” e “abatido”? Ou como não compreender que, na transformação em “répteis asquerosos”, aqueles menos favorecidos de uma “nobreza intelectual” acabam por desenvolver características próprias dos animais rastejantes, como a “força digestiva” e a “prodigiosa capacidade abdominal”?

Em virtude disso, por mais que concorde com a nomenclatura de “pornógrafo” (EL FAR, 1999; VENTURA, 2011, DUARTE, 2017), ainda não me sinto completamente convencido de que ela, por si só, seja suficiente para dar conta da trajetória literária de Alfredo Gallis. Mesmo sabendo que a produção de uma literatura licenciosa seja uma prática difundida ao longo do século XIX, tal como sublinha Eduardo da Cruz (2018), com a presença, inclusive, de almanaques e revistas disseminadores desse gênero, dedicado exclusivamente ao público leitor masculino (não que isso implicasse uma exclusão ou uma impossibilidade das mulheres em ter acesso e administrar a sua leitura), o fechamento exclusivo do autor nesta tipologia textual não me parece de todo propícia para uma abordagem de sua obra. Mas, em virtude do espaço dedicado aqui, essas inquietações ficarão para outro momento.

Para além do recurso das máscaras pseudonímicas, típicas de um manejo inteligente e consciente da matéria ficcional, não podemos nos esquecer de outros textos seus, de caráter ensaístico inclusive, onde o autor investe na reflexão sobre temas que vão desde a história do país à história da sexualidade, tal como comprovam *Sinopse dos homens célebres de Portugal desde a Fundação da Monarquia* (1883), *O sensualismo na antiga Grécia* (1894) e *Um reinado trágico* (1908-1909, complementos à *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas).

Deste modo, no lugar de pensar algumas das dissidências sexuais visíveis em textos de Alfredo Gallis, enquanto produtos puramente “pornográficos” e resultantes de uma “literatura só para homens”, prefiro considerar tais ocorrências como resultados ficcionais bem conseguidos de um escritor maduro no seu projeto de consecução literária e experiente no expediente jornalístico e sedutor do público leitor. Chamo a atenção, no entanto, que este meu gesto não constitui uma negação dos poucos estudos encontrados na fortuna crítica do autor, trata-se, antes, de um tributo a eles, na medida em que as suas inquietações acabaram por disseminar as minhas.

sua desconfiança num regime em que não confiava. Neste sentido, o prefácio ao romance *Malucos?* (1902) deixa bem claro o posicionamento reticente do autor em relação aos ventos políticos anunciados já nos primeiros anos novecentistas: “A democracia, pervertendo as almas, facultou aos corpos novos elementos de perversão que os enfraquecem e definham, e abrindo a todos os que passam as portas de ouro dos seus jardins floridos, criou um systema social positivamente improprio para essa concentração espiritual d’onde sabiam os grandes artistas creadores, animados de um ideal, de uma fê e de uma crença, que lhes permitiam realizar a corporisação do seu sonho” (GALLIS, 1902, p. 9).

Para abordar, portanto, este escritor esquecido e relegado ao ostracismo da crítica, elejo um aspecto absolutamente *avant garde* dentro de sua produção ficcional e com um viés extremamente particular e peculiar: o das dissidências sexuais a partir do tema da virgindade. Para tanto, considerarei um de seus muitos romances em que tal tema surge de forma explícita: *O marido virgem* (1900).

Já, aqui, é preciso fazer dois esclarecimentos importantes. O primeiro diz respeito aos aspectos levantados para a análise proposta. Se é certo que o eixo temático aqui eleito surge nas malhas efabulatórias de Alfredo Gallis, seguindo as premissas do cânone naturalista, ou seja, onde as questões da sexualidade ainda reverberam sob uma ótica patológica, compreende-se porque a figura autoral bem como as suas criaturas “não estão comprometidos com nenhuma afirmação de sua diferença sexual” (LUGARINHO, 2001, 164). Por outro lado, levando em consideração a apropriação do seu romance *O marido virgem* (1900) no contexto atual, ou seja, no do leitor do século XXI, o objetivo, aqui, estabelece uma consonância com o mesmo procedimento operado por Mário César Lugarinho ao recuperar o romance *O Barão de Lavos* (1891) como “a narrativa fundadora da representação da homossexualidade explícita em língua portuguesa” (LUGARINHO, 2001, p. 164). Ou seja, falar de dissidências sexuais, a partir da virgindade e de seus ecos na ficção de Alfredo Gallis, incide em resgatar e conceber “a efetivação de uma série que se quer visível, apesar do silêncio da crítica e da própria sociedade” (LUGARINHO, 2001, p. 166). Além disso, é preciso também sublinhar o papel relevante do exercício crítico do leitor, enquanto agenciador de uma prática rasurante, qual seja, a de recuperar e reler textos consagrados dentro de um cânone estético, agora, sob novos matizes, menos ortodoxos e mais saborosamente desafiadores.

E o segundo esclarecimento refere-se ao viés conceitual temático adotado. Ainda que falar de dissidências sexuais num autor do entre séculos XIX e XX evidencie um anacronismo, posto que tal terminologia surge mais vigorosamente no início dos anos 2000, sobretudo, a partir dos estudos voltados para as questões de gênero e da repercussão imediata da teoria *queer* nos estudos literários, não se poderá negar que a expressão pode servir como um proveitoso instrumental de leitura da ficção de Alfredo Gallis, na medida em que ela propicia um caminho de reflexão sobre as personagens e as situações efabuladas nas tramas do seu autor.

Neste sentido, em consonância com o pensamento de Leandro Colling (2015), que vislumbra uma possibilidade epistemológica para além dos já conhecidos caminhos de investigação na área, utilizo, aqui, a expressão conceitual **dissidências sexuais** também em referência ao trabalho desenvolvido pelo artista e ativista chileno Felipe Rivas San Martin:

O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005 também porque coincide com o fato do tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo “diversidade” parece ser demasiado

normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura *queer* diretamente, pois estávamos muito preocupados com essas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do *queer*, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico (SAN MARTIN *apud* COLLING, 2015, p. 151).

Na verdade, ao propor uma leitura contextualizada no século XXI sobre obras escritas e publicadas há mais de 100 anos, o objetivo não é ir ao encontro das premissas patologizantes e as confirmar nas argumentações tecidas, antes, interessa-me compreender esse texto de Alfredo Gallis (*O marido virgem*, 1900), como um ponto de referência nas representações *avant la lettre* de situações muito comuns para a época, mas extremamente atuais para nós, a partir da ênfase sobre a temática da virgindade.

Longe de se constituir um dado desconhecido, a virgindade surge nos principais tratados, textos analíticos e obras literárias e artísticas do pensamento e da cultura ocidentais. De Santo Agostinho a São Tomas de Aquino, de Molière a Marivaux, de Tissaut a Freud, a castidade e a salvaguarda do corpo das jovens, bem como a manutenção da saúde corporal da mulher, eram objetos caros de reflexão e estudo. No contexto do entre séculos XIX-XX, período que me interessa especificamente, a glorificação da imaculabilidade corporal feminina era um quesito fundamental para a escolha dos pretendentes para a formação da célula familiar. Conforme esclarece Yvonne Knibiehler, no cenário oitocentista, ela equivale à inviolabilidade do caráter, na medida em que a virgindade “é celebrada com quase tanto lirismo quanto a maternidade. Ela inspira não apenas novas formas de profissão religiosa, mas também novas devoções, muito populares, que certamente exprimem aspirações autênticas” (KNIBIEHLER, 2016, p. 160).

Ou seja, a pureza da mulher estava diretamente ligada à sua intocabilidade, à sua inexperiência, a uma espécie mesmo de grau zero nos assuntos sobre desempenho sexual. Não à toa, Freud irá dedicar-se a esse aspecto nas décadas iniciais do século XX, em “O tabu da virgindade” (1917). Nele, o psicanalista investiga o tema, estabelecendo os diversos graus de medo diante do desconhecido e partindo da observação sobre diferentes comportamentos encontrados nas relações sociais de povos primitivos. Na verdade, a vigilância sobre e a manutenção da virgindade feminina não deixam de evidenciar a subserviência sexual da mulher e o seu estatuto de objeto de posse, desenvolvido pela mentalidade masculinista e patriarcal.

Especificamente, em relação à sociedade portuguesa, vale lembrar que o rigor estabelecido sobre a pureza do corpo da mulher e a condescendência sobre o comportamento masculino não diferiam do resto da Europa, na medida em que “a virgindade encarava-se como um predicado essencialmente feminino, pelo que apenas as raparigas se submetiam a efectiva vigilância sexual” (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p. 256). Tal prática também fica explícita, por exemplo, no principal manual das ciências da época, *A vida sexual* (1902), de Egas Moniz. Nele, o médico português discorre sobre todo o funcionalismo corporal da reprodução, não sem emitir juízos arraigados a uma visão de mundo onde à mulher é dado apenas o papel passivo da maternidade, sendo “essa a missão que tem a desempenhar” e tendo, portanto, de “dirigir todas as suas atenções e todos os seus cuidados, pois a ella se subordina todo o seu organismo” (MONIZ, 1904, p. 58). Talvez por isso, o leitor depara-se nessa obra com toda uma preocupação em descrever os órgãos genitais, suas particularidades e seu funcionamento, culminando com a importância do caráter inviolável da mulher, no casamento e no momento da primeira relação sexual com o marido: “A mulher absolutamente virgem experimenta impressões extremamente difusas e complexas em face do homem que a deseja” (MONIZ, 1904, p. 140).

Neste sentido, para além da consonância de ideias entre o pensamento científico da época e os escritos de Alfredo Gallis (DUARTE, 2015), gosto de pensar que há também, e sobretudo, uma afinidade entre o escritor português e o autor de *A vida sexual* (1902). Até porque boa parte dos postulados médicos deste foram produzidos no mesmo cenário das obras literárias daquele.

Basta verificar, por exemplo, os prólogos de Alfredo Gallis para se certificar desse diálogo. Tal consonância de ideias fica patente desde as páginas iniciais com as apresentações feitas nos seus prefácios. São neles que o autor explica de forma minudente a sua proposta de criação, valendo-se daquilo que A. Machado Pires irá designar como “prefácio doutrinário ou de intervenção”, onde o autor procura “intervir positivamente, influenciar um rumo de pensamento, uma atitude crítica” (PIRES, 1976, p. 63). Ou seja, os textos de abertura dos romances de Alfredo Gallis funcionam, realmente, como prólogos que antecipam a tese a ser defendida ao longo da trama ficcional, dando ao leitor a oportunidade de absorver o mote principal a ser desenvolvido na efabulação.

Ora, isto pode bem ser verificado no romance *O marido virgem* (Patologia do amor), de 1900, onde o autor português deixa em evidência o tópico a ser discutido ao longo da trama, não sem estabelecer um olhar crítico sobre as convenções sociais e as desigualdades de gênero, presentes nos códigos comportamentais de sua época:

Na ordem dos convencionalismos sociaes, especialmente entre os povos lativos, existe um que merece especial referencia e me sugeriu a idéia de escrever este livro.

Se o homem exige quando casa com uma mulher solteira, que esta traga intacta a casta flor da virgindade, porque motivo não assiste à mulher o mesmo direito quando se consorcia com homem em idênticas condições!

Os motivos sociaes d'esta concessão negada à mulher todos conhecem, pois provém, de hábito, da educação, dos costumes e das regalias concedidas ao homem e negadas à mulher; mas, moralmente não há nada que lhe negue igual direito.

Sim, porque não hão de os jovens recém-casados dizerem um ao outro na sua noite de núpcias: *és o único homem que eu conheci : és a única mulher que me conheceu?* [...]

Possuir por marido um homem que nunca houvesse conhecido outra mulher, tal é a these d'este livro que se reduz a uma simples questão de direito moral. [...]

Pretendo com isto modificar o estado social ou alluir costumes immemoriaes que teem a sua sancção absoluta nos propagandistas do amor livre para os dois sexos?

Certamente que não. (GALLIS, 1900, p. 9).

Depreende-se das explicações um questionamento específico sobre as desigualdades entre os papéis sociais e afetivos desempenhados pelo homem e pela mulher. Se a esta é imposta a condição de castidade no leito matrimonial, por que também ao homem tal estado de pureza igualmente não seria cobrado? Não teria a esposa razão em exigir os mesmos direitos que a ela são tributados?

Ao ponderar esta possibilidade de equiparação de exigências sem uma hierarquia entre os seus agentes, Alfredo Gallis abre uma possibilidade para o leitor atual entender a sua ficção como um espaço germinal de questionamento dessas mesmas convenções sociais, já que chega mesmo o autor a ponto de sugerir uma visão de mundo muito adiantada em relação ao quadro social vigente em Portugal, na virada dos séculos XIX e XX. E, mesmo sabendo que a sua arte não teria a pretensão de modificar ou alterar as regras estabelecidas no jogo sócio-afetivo, o romance poderia até figurar como uma espécie de representação *avant la lettre* de causas feministas, questionando o papel de subserviência da mulher e reivindicando condições iguais de tratamento e de direitos.

Vale destacar que, na sua conclusão, após apontar a tese do seu romance, Alfredo Gallis explicita o objetivo específico da obra:

Pretendo apenas esboçar o modo de ver e de proceder de uma mulher excepcional, inteligente e rara, que não se conformando com os convencionalismos sociaes, eleva o amor, o mais nobre e o mais velho de todos os ídolos e cultos da alma humana, a uma verdadeira deificação sagrada como ella sempre o idealizou nas excentricidades do seu espírito superior e pouco comprehensivel, mercê mesmo dessa superioridade (GALLIS, 1900, p. 12).

No entanto, ainda que essa defesa sobre a superioridade de caráter e intelectual da protagonista do romance possa indicar um adiantado caminho de discussão, tal como ressaltado no prólogo de *O marido virgem* (1900), o tratamento dado pelo autor, ao longo da trama, aponta uma postura, no mínimo, ambígua no tratamento e na construção da personagem principal, tal como verificaremos adiante.

Sem muitas complexidades na sua estrutura, o enredo centra-se na figura de Francelina, jovem rica de 25 anos, filha do general Hugo de Magalhães, um militar reformado, e descrita no romance sempre com tonalidades sensuais e predicados altamente positivos que a colocavam numa situação privilegiada e destacada no meio social. Sua inteligência merece a admiração dos seus cultores, tal como o narrador assevera: “Além do francez e do inglez que falava correctamente, conhecia o alemão e o italiano, e possuía uma sólida instrução científica da qual seu pai fora professor autorizado e estrênuo” (GALLIS, 1900, p. 17); e, ao mesmo tempo, os seus atributos físicos não deixavam a desejar, apesar de já não ser apresentada como uma adolescente imberbe ou no desbotar da puberdade.

Aliás, como bem sublinha Alessandra El Far, é essa capacidade de desenvolver alongadas e espriadas “descrições do corpo feminino”, num gesto convidativo ao leitor para se defrontar com o objeto observado pelas suas lentes, e que este “raramente teria acesso na realidade do seu cotidiano” (EL FAR, 2004, p. 246), que confere ao texto de Alfredo Gallis uma particularidade singular do seu estilo:

Reconhecia-se formosa e bella em toda a plenitude da mais exuberante opulencia das graças e seducções do seu sexo.

Quantas vezes, plenamente núa, estirada na tina nikelada do seu quarto de banho, não contemplara com vaidade essa nudez maravilhosa da sua carne triumphante, em primores sem defeito que o mais exigente estatuario consideraria perfeita?

E lida como era, recordava as discipções que conhecida do nascimento de Venus provocando a admiração de todos os deuses do Olympo, e da Phryné grega quando entre o pasmo dos athenienses e a observação critica de Praxiteles concorria às festas de Neptuno entrando nas aguas apenas coberta com o espesso manto dos seus cabellos louros!

Os d’ella eram negros mas nem por isso soffriam rivalidade com os da celebre cortezã de Thespias (GALLIS, 1900, p. 21).

A demora na finalização das descrições do corpo feminino, além de alongar a sedução do leitor, não deixa de criar um outro efeito, na medida em que o narrador chama a atenção não só para a beleza física de Francelina, mas também para a sua capacidade intelectual e suas qualidades como mulher letrada e conhecedora das belas artes. Ou seja, a personagem é apresentada como uma criatura singular e autônoma, capaz de desenvolver, por si só, a sua visão de mundo e o seu projeto de vida.

Aqui, na verdade, reside o plano central da ação porque a protagonista planeja uma busca incessante para se casar com um homem nas mesmas condições físicas que a sua: ser virgem. Mulher esbelta e já próxima do modelo estabelecido pela ficção balzaquiana, Francelina consolida o seu intento quando, de forma fortuita, percebe que Armando, marido de Lídia, sua melhor amiga, escreve uma carta e a esconde em uma das gavetas do escritório da casa em Cascais, onde o casal estava hospedado. Movida pela curiosidade, lê às escondidas e descobre que este possui uma amante em Lisboa, causando-lhe sentimentos de inconformidade e revolta diante da traição. Só então se dá conta de que a simpatia, a amorosidade e a gentileza de um esposo cuidadoso não são suficientes para confirmar a sua ideia de casamento ideal e de construção de uma família. Por isso, passa a alimentar o projeto de possuir “um marido que nunca tivesse conhecido corporalmente mulher alguma”, exigindo, portanto, que o homem a desposá-la fosse “tão virgem e tão casto como ella” (GALLIS, 1900, p. 45-46).

Se, a primeira vista, tal enredo não deixa de incitar no leitor atual um questionamento, extremamente avançado para a época, posto que se poderia entender este requerimento da protagonista uma espécie de reivindicação de direitos iguais entre homens e mulheres, por outro, o narrador não deixa de jogar com a verossimilhança na medida em que tal projeção não se constitui um sonho impossível. Tanto que Francelina só encontra seu candidato no primo Gustavo, um rapaz de 17 anos, a quem ela dedica o seu intento, depois de consentida a união pelos pais dos dois jovens.

Aqui, no meu entender, o narrador já expõe as grandes diferenças estabelecidas entre os papéis sociais pré-nupciais feminino e masculino. Se, por um lado, “guardar a virgindade de uma rapariga deffendendo-a de todos os perigos de ordem varia que surgem a cada passo na florida estrada da mocidade das mulheres” (GALLIS, 1900, p. 79) constitui um encargo relativamente fácil, porque destinado às mães e dentro de um contexto educacional favorável a essa construção performática, por outro, “guardar, porém, a virgindade de um rapaz de 17 annos, no Estoril, e em pleno século desanove, representa a nosso ver uma das dificuldades mais grandiosas a que qualquer pessoa, mãe, pae, irmã ou namorada, poderia arregar-se” (GALLIS, 1900, p. 80).

Diante de distinções tão explícitas, aliás, já apontadas pelo autor no seu prefácio, conforme vimos anteriormente, o narrador justifica a salvaguarda da virgindade do rapaz, a partir de um forte exercício de vigilância mantido pela protagonista: “Francelina guardava o namorado como um avaro póde guardar o seu tesouro” (GALLIS, 1900, p. 96). Ou seja, o autor parece realmente encaminhar para uma consecução e defesa da tese apresentada no prólogo do romance: afinal, se a mulher deve casar virgem, por que razão o homem também não deveria?

No meu entender, é possível, sim, compreender os questionamentos lançados e a tese defendida como possíveis recursos e representações *avant la lettre* de

dissidências sexuais, na medida em que a virgindade não estaria prescrita ou arrogada como obrigatória para apenas um dos agentes. Ao contrário, na concepção do romancista, caberia ao homem e à mulher uma igualdade de desempenho na manutenção da pureza corporal. Assim, a descoberta dos prazeres eróticos aconteceria num tempo único, sem que um tivesse a prerrogativa da experiência sobre o outro.

Apesar da diferença de oito anos entre as idades dos dois nubentes, a união entre eles se realiza, e toda a vida matrimonial de Francelina e Gustavo é descrita como uma “paz serena do mais harmonioso e feliz de todos os ménages” (GALLIS, 1900, p. 132), não havendo qualquer tipo de instabilidade afetiva entre eles, de desconfiança de um sobre o outro ou de vigilância acirrada de comportamentos e movimentos individuais. Assim, Gustavo passa a trabalhar num escritório em Lisboa, para onde se dirige todos os dias de comboio, saindo do Estoril, região litoral onde as famílias residem. Francelina, por sua vez, mantém a ordem da casa e espera ansiosa, ao fim do dia, o retorno do marido.

No entanto, esta tranquilidade começa a esboçar os primeiros sinais de abalo, em primeiro lugar, porque a função esperada da mulher na composição familiar não é completamente realizada por Francelina: “Devorava-a, porém, um desgosto íntimo que era a nuvem negra do céu esplendente da sua felicidade: – **não ser mãe**” (GALLIS, 1900, p. 131, grifos meus). Em contra partida, Gustavo começa a sua experiência sexual extraconjugal com outras mulheres, confirmando a tradição do “sangue do avô paterno, sangue de garanhão que deixou fama em Portalegre” (GALLIS, 1900, p. 141).

Interessante observar que a tese do autor defendida no romance efetivamente se justifica, já que, ao manter-se casta para o marido na noite de núpcias e não cair no lugar-comum das diversões esporádicas adúlteras, Francelina enquadra-se naquela qualidade de “mulheres virgens honestas” (GALLIS, 1900, p. 10), referida no prólogo. Afinal, para além de sua inviolabilidade física, acrescenta-se a sua honestidade de caráter, assim mantida ao longo de toda a efabulação.

No entanto, ao enfatizar a incapacidade da protagonista em cumprir o seu papel de reprodutora e continuadora da genealogia familiar, o narrador não deixa de colocar em cheque as consequências do projeto da mulher em tentar buscar um homem nas mesmas condições que a sua. Gosto de pensar que, aqui, a ambiguidade de Alfredo Gallis naquele possível tratamento do tema da igualdade de gênero vai se consolidando até a sua culminância no desfecho da trama. Não à toa, é no momento de reflexão sobre as causas da impossibilidade de gravidez de Francelina que as ideias médicas das diferenças físicas são postas a nu, e a mulher, que antes figurava como uma requerente justa nas suas reivindicações por direitos iguais, surge sob o signo da desvantagem, da fragilidade e deficiência fisiológicas e da culpabilidade, sem que esta, necessariamente, seja imposta sobre a protagonista pelo seu marido ou pelo seu pai:

Pensou-se a pouca idade do marido era a causa obstruante da fecundação, mas o médico da casa, velho amigo que lhe pegara no colo e com o qual tinha a maior confiança, afirmara-lhe que **aos dezoito anos todo o homem está apto para procrear**, salvo se tiver qualquer defeito orgânico ou qualidades especiaes irreprodutivas.

Essas qualidades podiam também dar-se na mulher, e na maioria dos casos assim succedia.

A esterilidade feminina é vulgar, enquanto que a masculina é rara.

Na primeira, uma **simples má disposição no aparelho fecundante** pode oppôr-se, além de muitas outras causas, à procriação, enquanto que no homem **só uma grave doença siphilitica ou profunda anormalidade** no órgão gerador produzem a esterilidade máscula (GALLIS, 1900, p. 132, grifos meus).

A ideia de que a maternidade é o objetivo principal e primordial da mulher não era uma novidade para Alfredo Gallis, se lembrarmos que as correntes científicas da sua época enfatizam exatamente essa premissa. Em *A vida sexual*, Egas Moniz é enfático ao afirmar que “o homem é uma inteligência servida por órgãos”, enquanto a mulher constitui “um útero servido por órgãos” (MONIZ, 1904, p. 58). Neste sentido, o homem passa por um crivo clínico pouco exigente na percepção da esterilidade, já a mulher, ao contrário, é descrita como a fonte mais provável do problema. E tanto assim ocorre na trama que Gustavo, mesmo não tecendo um discurso simpático sobre a possibilidade de ser pai tão jovem, nas suas aventuras com outras mulheres, reencontra Fernanda, uma jovem do seu tempo de adolescência em Estoril, e esta acaba por engravidar dele.

Até o momento em que as relações entre eles estavam circunscritas aos prazeres eróticos dos encontros, nada parece afetar a consciência da personagem (“Compreendeu que isto de um homem conhecer mais mulheres além da sua, é um caso tão banal que nem merece reparo pela trivialidade que a reveste” (GALLIS, 1900, p. 142). No entanto, ao tomar notícia da gravidez de Fernanda, Gustavo passa a desconfiar da atitude da jovem, acreditando se tratar de um golpe dela para conseguir um futuro estável. Ao ser confrontada pelas dúvidas de Gustavo, Fernanda recusa qualquer ajuda e foge, sem deixar rastros do seu destino final, o que chega a inquietar o seu amante.

Instado, porém, por Franco, “amigo íntimo no qual depositava a máxima confiança” (GALLIS, 1900, p. 163), responsável por disseminar dúvidas sobre o caráter da primeira amante quando esta aparece grávida, Gustavo parte para uma segunda aventura, alimentado pelo “desejo de variar, que Fernanda lhe aguçara” (GALLIS, 1900, p. 171). Aqui, antecipando o ardor das relações eróticas que viveria com Olga Martinez, uma cortesã chilena, esbelta e madura, e que, diferente de Fernanda, possuía “a linha hierática da mulher que tinha visto mundo e vivido

em meios amplos e cultos, outros focos de civilização, outra elegância, outras amplitudes e outros horizontes” (GALLIS, 1900, p. 177), o narrador chega uma conclusão inevitável: “Gustavo casára cedo de mais” (GALLIS, 1900, p. 170).

Mais uma vez, chamo a atenção para a ambiguidade com que Alfredo Gallis assume o tratamento do tema da virgindade, porque se, no início, as suas discussões e os seus apontamentos sugeriam uma abordagem *avant la lettre*, a ponto mesmo desta poder ser lida na clave das dissidências sexuais, na medida em que coloca em cheque todo um elenco de normatividades a serem interrogadas e melhor discutidas, objetivando uma igualdade de gênero, a partir da percepção da impossibilidade da maternidade de Francelina, parece haver um outro tipo de questionamento: até que ponto essa luta por um equilíbrio nos direitos e nos papéis sócio-afetivos não cobra um preço alto demais, tanto para a mulher quanto para o homem?

Não à toa, Gustavo é tomado por uma paixão arrebatadora por Olga, a ponto de ficar com a sua saúde completamente comprometida. Consumido pela tuberculose, que já esboçara alguns pequenos sinais, logo vencidos, na sua adolescência, o protagonista agoniza e termina sua vida numa cama, fisicamente irreconhecível, sem ter gozado os melhores tempos de sua juventude e sem poder desfrutar (e saber) da continuidade de sua genealogia. Francelina, por sua vez, vê o jovem marido murchar diante de si e não consegue realizar a tão sonhada maternidade. Marcada, sim, pela esterilidade, tal como o narrador revela nas linhas finais da trama, a protagonista parece sugerir um sinal de alerta às mentes femininas mais liberais no contexto do entre séculos XIX-XX: afinal, até que ponto a equidade nas exigências da pureza corporal valeria à pena? Não será um desejo com um preço alto demais a ser pago para ambos os sexos?

Ora, a ambiguidade ainda se acentua nos momentos finais da trama, posto que, na visita ao túmulo do marido, Francelina é surpreendida com uma cena inusitada:

Triste e melancolica como sempre, Francelina apeiou-se e dirigiu-se para o jazigo onde repousavam os restos de sua mãe e de seu marido.

Ao voltar de uma das ruas avistou uma senhora esbelta, também vestida de preto, e com o rosto occulto n'um espesso veu.

Trazia pela mão um rapazinho de cerca de tres annos que a interrogava com essa loquacidade atrapalhada propria da primeira infancia.

Quando passaram uma pela outra Francelina estremeceu violentamente e todo o sangue lhe refluio do coração ao cerebro tendo de se encostar a um cipreste para não cahir.

Aquella creança gracil em plena aurora da vida era o retrato vivo do Gustavo! (GALLIS, 1900, p. 212).

Ao final, o narrador revela que a senhora esbelta era Fernanda, logo, o garoto que trazia era filho de Gustavo, como a descrição bem clarifica. Constata-se, portanto,

que a causa daquela descontinuidade da família estava, realmente, na esterilidade de Francelina, e não no jovem marido. Mesmo que, com tal dispositivo, a tese defendida no romance recaia num final moralizante e moralizador dos costumes, gosto de pensar que o caráter trágico das fatalidades e dos desencontros não apaga o caráter de questionamento das desigualdades de gênero, presentes na sociedade portuguesa finissecular. Ao contrário, não deixa Alfredo Gallis de dar visibilidade a uma diferença hierárquica que requer sérios questionamentos, seja na ordem moral, seja na ordem social. Tanto que a última sentença do narrador revela que as desconfianças lançadas sobre o caráter de Fernanda, quando se encontrava grávida de Gustavo, não passavam de julgamentos injustos sobre o papel da mulher: “O Franco **enganara-se no seu septicismo...**” (GALLIS, 1900, p. 212; grifos meus).

Neste sentido, não poderia a virgindade ser lida na clave de uma dissidência sexual, na medida em que, no romance de Alfredo Gallis, ela surge como forma de um profundo questionamento político e dá visibilidade a uma crítica contumaz de hierarquias pré-estabelecidas (COLLING, 2015)? Gosto de pensar que sim, porque se, na esteira dos ensinamentos de Jorge de Sena, a pornografia é aquilo que certas mentalidades puritanas e moralistas designam como pertencente a uma obra “apenas porque a sexualidade nelas é tratada com alguma franqueza” (SENA, 1977, p. 274), então, concordo que o autor de *O marido virgem* (1900) bem merece ser recuperado sob esta categoria. Mas, para além dela, não será ele também, e sobretudo, um escritor (e fotógrafo?) *avant la lettre*, ácido e implacável das mazelas socioafetivas no cenário das literaturas de língua portuguesa?

Tendo a acreditar que sim, mas isso só o tempo poderá responder. Para já, fica a lição deixada por ele, afinal, questionar o “nosso terrível egoísmo inquisitorial” (GALLIS, 1900, p. 13) também faz parte do exercício da literatura, independentemente do tempo e do espaço em que ela se realiza.

VALENTIM, J. V. *Virginity as dissidence? Reflexions on O Marido Virgem, by Alfredo Gallis. Itinerários*, Araraquara, n. 48, p. 43-59, jan./jun. 2019.

■ **ABSTRACT:** *Little acknowledged by literary criticism, Alfredo Gallis (1859-1910) was a prolific writer in the period between the 19th and 20th centuries, having published more than a dozen texts with an expressive readership both in Portugal and in Brazil. This essay intends to develop some reflections on the novel O marido virgem (1900), with a reading that emphasizes an avant-garde treatment of themes related to sexuality and gender, in a context where Naturalistic aesthetics, monarchical thinking and conservatism still remained in the most different areas of knowledge and behavior. To do so, I take as a starting point his approaches on virginity and its different performances in his fiction, and how they can be understood as forms of expression of dissidence in the scenario of the 19th and 20th centuries.*

■ **KEYWORDS:** *Alfredo Gallis. Dissidences. Sexuality. Virginity.*

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE, A. da G. **Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- BAUMER, F. L. **O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX**. Tradução de Maria Manuela Alberty. Lisboa: Edições 70, 1990. vol. II.
- COELHO, J. do P. **Dicionário de literatura brasileira, portuguesa, galega e estilística literária**. 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1983. vol. 3.
- COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EdUFBA, 2015.
- CRUZ, E. da. Palavras de luxúria e de deboche: homoerotismo no *Almanak Caralhal*. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 33, p. 113-133, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/118841/147146>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- D'ALMEIDA, F. **Pasquinadas** (Jornal dum vagabundo). 4. ed. Porto: Lelo & Irmão, 1923.
- DUARTE, A. M. Alfredo Gallis, o pornógrafo esquecido. **Revista Graphos**, UFPB, v. 19, n. 2, p. 7-20, 2017. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/download/37682/19020. Acesso em: 10 jan. 2019.
- DUARTE, A. M. Naturalismo, pornografia e histeria em *Mártires da virgindade*, de Alfredo Gallis. **Soletras**, Rio de Janeiro, no. 30, p. 139-157, 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/18530/15922>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- EL FAR, A. **Páginas de sensação**. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GALLIS, A. **A burla do Constitucionalismo**. Lisboa: Antonio Maria Pereira Livraria e Editora, 1905.
- GALLIS, A. **Malucos?** Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1902.
- GALLIS, A. **O marido virgem**. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1900.
- GALLIS, A. **Os selvagens do Occidente**. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1890.
- KNIBIEHLER, Y. **História da virgindade**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2016.
- LUGARINHO, M. C. Direito à história ou o silêncio duma geração: uma leitura de *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho. In: JORGE, S. R. & ALVES, I. M. S. F. (org). **A palavra silenciada: estudos de literatura portuguesa e africana**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 161-168.

MACHADO, A. M. **Quem é quem na literatura portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

MAIA, H.; LUGARINHO, M.; CUROPOS, F. Literatura à mão: *Os serões do convento*. **Moderna Sprak**, Estocolmo, v. 112, n. 2, p. 21-35, 2018. Disponível em: <http://ojs.ub.gu.se/ojs/index.php/modernasprak>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MONIZ, E. **A vida sexual (Physiologia)**. 2. ed. Lisboa: Livraria Ferreira, 1904.

PIRES, A. M. Teoria e prática do romance naturalista português. **Colóquio / Letras**, Lisboa, n. 31, p. 59-70, 1976.

SANTANA, M. H.; LOURENÇO, A. A. No leito. Comportamentos sexuais e erotismo. *In*: VAQUINHAS, I. (coord.). **História da vida privada em Portugal**. A época contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 290-321.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. 13. ed., corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 1985.

SENA, J. de. **Dialécticas teóricas da literatura**. Lisboa: Edições 70, 1977.

VENTURA, A. “Rabelais”, isto é, Alfredo Gallis, o pornógrafo. *In*: RABELAIS. **Aventuras galantes**. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 167-174.



